

CAPACITAÇÃO EM FINANCIAMENTO EXTERNO: EXPERIÊNCIAS DE MULHERES LÍDERES DO PODER EXECUTIVO E PROPOSTAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS

Renata Vargas Amaral¹

Nanahira de Rabelo e Sant'Anna²

Raphael Silveira Amaro²

Vanessa Carvalho dos Santos¹

Viviane Vecchi Mendes Muller²

¹Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Washington, D.C., Estados Unidos da América

²Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), Brasília – DF, Brasil

A igualdade de gênero é fundamental para o desenvolvimento socioeconômico global, embora desafios persistentes evidenciem disparidades significativas, especialmente no contexto brasileiro. Apesar dos avanços observados, como o aumento da representação ministerial, as mulheres continuam a enfrentar sub-representação em várias esferas, incluindo a participação restrita na submissão de pleitos para obtenção de financiamento externo para projetos relevantes. Esta limitação compromete não apenas a representatividade feminina em decisões estratégicas, mas também a eficácia na implementação de políticas públicas equitativas e inclusivas. Nesse sentido, com o intuito de compreender melhor esse desafio e de elevar a participação de mulheres em uma área estratégica do setor público, foi desenvolvido um projeto piloto de capacitação para governadoras, prefeitas e secretárias de entes subnacionais em financiamento externo para projetos com perspectiva de gênero. Esse estudo oferece um relato acerca do curso de capacitação promovido, explorando as percepções das gestoras acerca dos desafios específicos enfrentados e objetivando prover subsídios para o desenvolvimento de políticas públicas destinadas a promover a igualdade de gênero e a facilitar a participação equitativa das mulheres nos processos decisórios concernentes aos financiamentos externos.

Palavras-chave: gênero; financiamento externo; projetos; capacitação; políticas públicas.

CAPACITACIÓN EN FINANCIAMIENTO EXTERNO: EXPERIENCIAS DE MUJERES LÍDERES DEL PODER EJECUTIVO Y PROPUESTAS DE ACCIONES AFIRMATIVAS

La igualdad de género es esencial para el desarrollo socioeconómico global, aunque persisten desafíos que evidencian disparidades significativas, especialmente en el contexto brasileño. A pesar de los avances observados, como el incremento en la representación ministerial, las mujeres siguen enfrentando subrepresentación en varios ámbitos, incluida la baja participación en la presentación de solicitudes para la obtención de financiamiento externo para proyectos relevantes. Esta limitación compromete no solo la representatividad femenina en decisiones estratégicas, sino también la eficacia en la implementación de políticas públicas equitativas e inclusivas. En este sentido, con el propósito de profundizar en este desafío y aumentar la participación de las mujeres en un área estratégica del sector público, se ha desarrollado un proyecto piloto de capacitación dirigido a gobernadoras, alcaldesas y secretarias de entidades subnacionales en financiamiento externo para proyectos con perspectiva de género. Este estudio ofrece un relato sobre el curso de capacitación realizado, explorando las percepciones de las gestoras respecto a los desafíos específicos enfrentados y procurando proporcionar insumos para el desarrollo de políticas públicas destinadas a promover la igualdad de género y facilitar la participación equitativa de las mujeres en los procesos decisarios relacionados con los financiamientos externos.

Palabras-clave: género; financiamiento externo; proyectos; capacitación; políticas públicas.

TRAINING IN EXTERNAL FINANCING: EXPERIENCES OF WOMEN LEADERS IN THE EXECUTIVE BRANCH AND PROPOSALS FOR AFFIRMATIVE ACTIONS

Gender equality is fundamental to global socio-economic development, although persistent challenges highlight significant disparities, especially in the Brazilian context. Despite the progress made, such as the increase in ministerial representation, women continue to face under-representation in various spheres, including restricted participation in submitting requests for external funding for relevant projects. This limitation compromises not only female representation in strategic decisions, but also the effectiveness of implementing equitable and inclusive public policies. In order to better understand this challenge and increase the participation of women in a strategic area of the public sector, a pilot project was developed to provide capacity building for governors, mayors and secretaries of sub-national entities in external financing for projects with a gender perspective. This study offers a report of the course, exploring the perceptions of women managers about the specific challenges they faced and aiming to provide input for the development of public policies aimed at promoting gender equality and facilitating the equal participation of women in decision-making processes regarding external funding.

Keywords: gender; external funding; projects; capacitation; public policies.

1. INTRODUÇÃO

A igualdade de gênero é um tema de destaque no debate social e político em todo o mundo, frente às claras evidências do papel relevante da mulher no desenvolvimento econômico dos países. Infelizmente, no Brasil, as mulheres ainda estão longe de atingir igualdade nos mais diversos aspectos das suas vidas. Na vida pública, apesar de constituírem a maioria do eleitorado, elas ainda representam menos de 12,1% das prefeitas. Em que pesem avanços como o aumento da ocupação dos cargos ministeriais por mulheres de 8,7% em 2020 para 23,7% em 2023, observa-se uma sub-representação feminina nesse importante espaço de liderança no planejamento e na execução de políticas públicas (IBGE, 2024).

Cabe ressaltar, nesse contexto, que a promoção da igualdade de gênero é o objetivo de número 5 na lista de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS, aos quais os países membros das Nações Unidas se comprometeram a cumprir até o ano de 2030. Mais especificamente, os membros das Nações Unidas concordaram em “garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública” (ONU, 2024).

No âmbito do governo federal, a promoção da igualdade de gênero é considerada prioritária. Importante destacar que 45 dos 88 programas do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027 possuem algum atributo, programa, objetivo específico, entrega ou medida institucional e normativa marcados como referentes à chamada Agenda Transversal de Mulheres, composta por 85 objetivos específicos, 191 entregas e 75 medidas institucionais e normativas. Um dos 35 objetivos estratégicos do PPA 2024-2027 diz respeito diretamente a mulheres: “Reforçar políticas de proteção e atenção às mulheres, buscando a equidade de direitos, a autonomia financeira, a isonomia salarial e a redução da violência” (Brasil, 2024a).

A efetividade de políticas públicas que promovam a igualdade de gênero passa pela ampliação do número de mulheres com influência e poder de decisão sobre a formulação dessas políticas. Com vistas a fortalecer essa participação política e econômica, a Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento (Seaid) do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) propôs um meio de ampliar o acesso de mulheres líderes no Poder Executivo, como prefeitas e governadoras, à ferramenta do financiamento externo para programas e projetos do setor público.

A Comissão de Financiamentos Externos (Cofiex), integrante da estrutura do MPO, tem a finalidade de avaliar programas e projetos do setor público financiados com recursos de agentes financeiros externos e que contam com garantia da União. O processo de aprovação de um programa ou projeto junto à Cofiex tem procedimento específico, envolvendo a submissão de uma série de documentos, cuja preparação, elaboração e preenchimento parte de cada proponente

interessado na captação dos recursos externos para seu ente federativo. O tempo médio para que uma operação de crédito externo entre em execução é superior a dois anos (Brasil, 2024c).

Destaca-se que, em levantamento realizado pelo governo federal, a proporção de prefeitas e governadoras que buscam financiamento externo mostrou-se bastante reduzida, representando cerca de 8% do total de pedidos recebidos, embora, aproximadamente, 12% dos municípios e estados sejam chefiados por mulheres (Enap, 2024a).

A discrepância entre os percentuais pode ser atribuída a diversos fatores, incluindo a baixa representatividade feminina em cargos de liderança na política e no setor público¹ e os desafios e desigualdades enfrentados pelas mulheres no acesso a direitos e serviços públicos, mesmo quando ocupam cargos de liderança. Barreiras socioculturais e preconceitos institucionais podem influenciar a efetiva participação de lideranças femininas em processos de captação de recursos externos, uma vez que a presença de mulheres em espaços de poder e decisão não garante, por si só, sua efetiva inclusão nessas iniciativas. Além disso, é possível que governos chefiados por mulheres contem com equipes técnicas menos experientes ou tenham menor acesso a consultorias especializadas para estruturar pedidos de financiamento externo (República.org, 2023; Brasil, 2024a).

Anualmente, a Cofex aprova projetos financiados por bancos multilaterais de desenvolvimento e agências governamentais estrangeiras² de mais de US\$ 9 bilhões, com impacto direto na vida da população brasileira. Ainda, a carteira ativa da Cofex é superior a US\$ 30 bilhões, distribuídos entre mais de 250 projetos em setores como educação, saúde, saneamento, infraestrutura e meio ambiente (Brasil, 2024c). A participação de um número maior de governadoras, prefeitas e gestoras nesse processo possibilitará não somente uma oportunidade maior de equidade entre mulheres e homens em um processo relevante do ponto de vista estratégico, pois permite a entrega de políticas públicas de qualidade nos estados e municípios, mas também novas perspectivas na elaboração de projetos que têm como objetivo final a melhoria de condições de vida para a sociedade.

Assim, tendo em consideração a baixa participação de prefeitas e governadoras na submissão de pleitos para obtenção de financiamento externo para seus projetos, faz-se necessário o desenvolvimento de iniciativas para que um número maior de mulheres líderes do executivo

¹ De acordo com artigo do portal República.org (2023), ainda que as mulheres sejam maioria no serviço público brasileiro (57%), elas ocupam apenas 39% dos cargos de direção e gerência.

²Bancos multilaterais de desenvolvimento são instituições financeiras públicas, fundadas e mantidas com contribuições dos países membros, cuja função básica é financiar projetos que contribuam para o desenvolvimento econômico-social dos países que são clientes. São exemplos dessas instituições: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF); Fundo Financeiro para Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata); Banco Africano de Desenvolvimento (BAD); Banco de Desenvolvimento do Caribe (BDC). Agências governamentais estrangeiras são instituições vinculadas a governos nacionais que financiam projetos em outros países como parte de suas estratégias de cooperação internacional e conforme os interesses estratégicos do país financiador, a exemplo de: Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD); Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA); KfW Banco de Desenvolvimento (Brasil, 2023b).

subnacional e de gestoras tenham acesso a essa importante ferramenta do crédito externo para construção de políticas públicas de qualidade para sua população.

Diante da oportunidade de elevar a participação de mulheres em uma área estratégica do setor público, a Seaid/MPO, em parceria com o Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe (CAF, sigla de Corporação Andina de Fomento), a Escola Nacional de Administração Pública (Enap) e o Instituto Alziras, desenvolveu um projeto piloto de capacitação para governadoras, prefeitas e secretárias de entes subnacionais – estados e municípios. O intuito dessa capacitação foi promover o engajamento de mais mulheres no processo de elaboração de projetos apoiados por financiamento externo, além de incentivar a inserção do componente de gênero nos projetos apresentados.

Dessa forma, ao promover a participação equitativa de mulheres e homens, a Cofex não apenas contribui para reforçar a representatividade e a equidade social, mas também para maximizar o impacto positivo dos projetos aprovados, de modo que as iniciativas financiadas possam refletir uma diversidade abrangente de experiências e necessidades da sociedade brasileira. Esses benefícios estão em consonância tanto com os resultados encontrados por Hoogendoorn *et al.* (2013), que evidenciam que a equidade de gênero, ao proporcionar uma ampla variedade de conhecimentos e habilidades, constitui um fator determinante para o desenvolvimento de processos de trabalho bem-sucedidos, quanto com um dos argumentos delineados por Shang (2022), o qual destaca que abordar a desigualdade de gênero resulta em vantagens para todos os segmentos da sociedade, não se limitando exclusivamente às mulheres.

Diante desse contexto, o presente estudo tem como objetivo oferecer um relato acerca do curso de capacitação promovido, com uma exploração das percepções das gestoras sobre os desafios específicos enfrentados ao lidar com os requisitos e os procedimentos complexos para a aprovação de programas e projetos financiados com recursos externos. Além disso, visa-se analisar os impactos dessas dificuldades na implementação de políticas públicas nos níveis estadual e municipal. Adicionalmente, o estudo visa fornecer subsídios para o desenvolvimento de políticas públicas destinadas a promover a igualdade de gênero e a facilitar a participação equitativa de mulheres nos processos decisórios relacionados aos financiamentos externos.

A metodologia adotada para a elaboração do relato envolveu anotações de campo e análise de materiais didáticos, documentos institucionais e registros audiovisuais relacionados à capacitação. Compõem o grupo de autorias três servidoras federais ocupantes de cargos de liderança na data do evento, as quais idealizaram, coordenaram e palestraram na ocasião. Demais autorias, servidores integrantes de suas equipes, conduziram a coleta e sistematização de dados e informações. A análise foi estruturada a partir da categorização dos principais temas abordados na capacitação, conforme a sequência da programação do evento, enfatizando os desafios enfrentados pelas participantes, especialmente no que tange à interseccionalidade entre financiamento e desigualdade de gênero.

Espera-se que os resultados obtidos contribuam significativamente para a formulação de estratégias mais eficazes e inclusivas, capazes de atender às diversas necessidades da sociedade brasileira e de fortalecer a representatividade feminina na administração pública. Este esforço está em consonância com os objetivos de desenvolvimento sustentável e com as diretrizes internacionais voltadas para a equidade de gênero.

2. AGENDA DE GÊNERO EM PROJETOS COM FINANCIAMENTO EXTERNO

Considerado um importante instrumento de cooperação internacional para o desenvolvimento, o financiamento externo pode repercutir na conformação de políticas e no fortalecimento de agendas como as relativas à igualdade de gênero. Bancos multilaterais de desenvolvimento têm buscado impulsionar a temática mediante o lançamento de estratégias, a publicação de relatórios, a realização de campanhas e o financiamento a projetos com perspectiva de gênero.

Reconhece-se que, embora tenham sido observados progressos desde a adoção da Declaração de Pequim de 1995³, ainda há muito a se fazer para alcançar os objetivos de equidade e empoderamento, dada a persistência de desigualdades de gênero, que incluem acesso desigual a oportunidades de emprego, mercados de informação e finanças; acesso e controle desiguais sobre recursos produtivos e meios de subsistência; responsabilidade desproporcional pelos cuidados não remunerados e pelo trabalho doméstico; acesso desigual à saúde e à educação; violência baseada em gênero; e níveis desequilibrados de representação e participação nos processos de tomada de decisões políticas, sociais, domésticas e econômicas (Agence Française de Développement & United Nations Entity for Gender Equality, 2021).

Nesse contexto, o Relatório da ONU Mulheres e da Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) sobre bancos de desenvolvimento público e igualdade de gênero, publicado em 2021, destacou três prioridades temáticas observadas no tocante a programas e projetos apoiados com perspectiva de gênero: 1) empoderamento econômico de mulheres; 2) violência baseada em gênero; 3) igualdade de gênero e alterações climáticas.

Programas e projetos de bancos de desenvolvimento público voltados ao empoderamento econômico de mulheres incluem investimentos em empreendedorismo e emprego, formação educacional e profissional, emprego e liderança inclusivos, apoio a sistemas de proteção social, apoio a soluções de cuidados infantis, pacotes de estímulos anticíclicos, subsídios equivalentes e apoio a meios de subsistência. Entre os exemplos de iniciativas, foi mencionado o programa Mulheres nos Negócios (Women in Business) do Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento (BERD), que visa facilitar o acesso das mulheres às oportunidades econômicas por meio de uma

³ Aprovada na IV Conferência Mundial das Nações Unidas sobre as Mulheres, em 15 de setembro de 1995 (United Nations, 1995).

combinação de financiamento, acesso a *know-how* e diálogo político, considerando que elas têm menor acesso à educação empreendedora, às redes de negócios e aos modelos de referência, em comparação aos pares do sexo masculino. Lançado em 2014, o programa fornece linhas de crédito, mitigação de riscos e assistência técnica a instituições financeiras parceiras locais, ajudando-as a valorizar empresas lideradas por mulheres.

No que se refere a programas e projetos que consideram o tema da violência baseada em gênero, destacam-se iniciativas educacionais, intervenções para reduzir a violência em contextos humanitários, trabalhos com adolescentes, criação de ambientes de trabalho seguros e livres de assédio e envolvimento de empresas e comunidades no desenvolvimento de intervenções. Entre as ferramentas e publicações desenvolvidas, menciona-se uma Nota de Boas Práticas do Banco Mundial sobre abordagem de exploração, abuso e assédio no financiamento de projetos de investimento envolvendo grandes obras civis (World Bank Group, 2020).

No tocante a programas e projetos sobre gênero e clima, estratégias para explorar a articulação entre as duas abordagens incluem acelerar o investimento em soluções climáticas sensíveis ao gênero, assegurar benefícios de investimentos de financiamento relativos às mudanças climáticas, incentivar mulheres e meninas a liderar e participar da transição para uma economia verde, desenvolver a resiliência para lidar com as mudanças climáticas e o risco de desastres, promover a inclusão feminina nos escalões superiores das cadeias de valor agrícolas e prover instrumentos de financiamento especializados como fundos climáticos e de gênero. Como exemplos de iniciativas, o Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB) comprometeu-se com metas duplas de 75% de operações apoiando a mitigação das mudanças climáticas e 75% de operações apresentando projetos inclusivos de gênero até 2030.

Nesse tópico, ressalta-se a importância da liderança feminina nos seguintes termos:

Vários bancos salientaram a importância de enfatizar a participação plena e justa das mulheres entre líderes, funcionários, fornecedores, decisores, partes interessadas, educadores, prestadores de cuidados e especialistas em todos os setores e a todos os níveis, para soluções bem-sucedidas a longo prazo para as mudanças climáticas (por exemplo, incorporando energias renováveis e soluções verdes no planejamento de projetos comunitários inclusivos de gênero locais) (Agence Française de Développement & United Nations Entity for Gender Equality, 2021, tradução nossa, p. 26).

Os tópicos destacados no Relatório da ONU Mulheres e da AFD são ressaltados em estratégias e planos de ação de bancos multilaterais de desenvolvimento como o Banco de Desenvolvimento da América Latina e do Caribe (CAF), o qual foi uma das instituições parceiras na organização do evento de capacitação que consiste no objeto desta pesquisa. A Estratégia CAF para a Igualdade de Gênero 2022-2026, que estabelece os eixos de atuação institucional para o acompanhamento dos países acionistas no cumprimento da igualdade de gênero e no empoderamento das mulheres,

determina que as ações prioritárias devem ser orientadas por uma abordagem transversal e integrada, contemplando pilares essenciais que promovam uma transformação sustentável e inclusiva.

A Estratégia enfatiza a incorporação de componentes de gênero nos projetos a serem apoiados pelo CAF, assegurando que as iniciativas considerem as necessidades específicas das mulheres e promovam a equidade. Tal abordagem inclui a implementação de medidas concretas para aumentar a liderança feminina, incentivando a participação ativa das mulheres em todas as fases dos projetos, desde a concepção até a execução e a avaliação. Desta forma, o CAF não apenas apoia a igualdade de gênero, mas também fomenta o desenvolvimento de capacidades de liderança entre as mulheres, contribuindo, assim, para uma mudança estrutural que beneficie toda a sociedade.

Adentrando na agenda brasileira relacionada à questão de gênero, Farah (2004) lista as seguintes diretrizes no campo das políticas públicas: violência; saúde; meninas e adolescentes; geração de emprego e renda; educação; trabalho; infraestrutura urbana e habitação; questão agrária; incorporação da perspectiva de gênero por toda a política pública (transversalidade); acesso ao poder político e *empowerment*.

No último tópico, a agenda considera “a abertura de espaços de decisão à participação de mulheres, de modo a garantir que estas interfiram de maneira ativa na formulação e na implementação de políticas públicas”, assim como a criação de condições de autonomia para as mulheres, de maneira que estas passem a decidir sobre suas próprias vidas. Isso envolve, portanto, “mudanças nas relações de poder nos diversos espaços em que estão inseridas: no espaço doméstico, no trabalho etc” (Farah, 2004, p. 58).

Em estudo de abrangência nacional sobre a relação entre as mulheres e a política brasileira realizado pela organização não governamental Elas no Poder (2020), os temas que apresentaram maiores índices de concordância entre os fatores que mais dificultam a entrada de mulheres na política são independentes do esforço ou da motivação das mulheres: desigualdade do trabalho doméstico, resistência dos partidos em abrirem espaço para mulheres e o assédio e desrespeito que sofrem. Tal constatação corrobora com a ideia de que os entraves para a entrada das mulheres na política são, em boa parte, estruturais.

No que se refere a pautas prioritárias para as mulheres na política, o estudo constatou que elas demonstram maior interesse em políticas de bem-estar social, especialmente as pautas da educação, com 74%, e das políticas sociais e direitos humanos, com 59%⁴. A pesquisa ressalta que diversos estudos apontam que as mulheres, ao assumirem cargos políticos, dedicam maiores

⁴ As demais pautas consideradas na pesquisa e respectivos percentuais foram: políticas públicas para mulheres (48%), saúde (37%), economia e desemprego (25%), meio ambiente (20%), segurança pública (12%) e combate à corrupção (12%) (Elas no Poder, 2020).

esforços na produção de políticas públicas de bem-estar social, em detrimento de temas como políticas econômica e fiscal.

A dimensão “igualdade de decisão e poder” é uma das cinco abordadas no Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, ao lado de “viver sem violência”, “autonomia econômica”, “saúde e ambiente” e “capacidade institucional”. Sobre as várias causas relacionadas aos problemas da desigualdade de decisão e poder para as mulheres, o documento menciona que as mais frequentes estão relacionadas ao machismo e à estrutura patriarcal da sociedade e considera que compreender as causas, discutir sobre a questão, articular leis e pactos entre os entes federativos, são essenciais para desconstruir esses comportamentos e combater a desigualdade (Brasil, 2024a).

Entre as estruturas institucionais, sociais e culturais que contribuem para a persistência de desigualdades no sistema político, menciona-se “a baixa capacidade de produção de informações e formação que tornem mais evidentes essas desigualdades e apontem como os distintos grupos de mulheres têm menos recursos, redes e tempo disponível” (Brasil, 2024a, p. 63). As entregas dos programas do PPA 2024-2027 na dimensão de “igualdade de decisão e poder” incluem formação e campanhas de incentivo à participação política de mulheres, publicação de diagnósticos e materiais informativos sobre a participação das mulheres nos espaços de poder e decisão e publicação de análises e informações socioeconômicas sobre as mulheres e desigualdades de gênero.

Com o presente trabalho, busca-se apresentar um relato sobre o evento de capacitação em financiamento externo para mulheres líderes do Poder Executivo, explorando as percepções das participantes quanto aos desafios enfrentados para a obtenção de recursos externos para o financiamento de projetos e programas do setor público. Antes de abordar a iniciativa, apresenta-se como a agenda de gênero se insere nos programas e projetos analisados e aprovados pela Comissão de Financiamentos Externos (Coflex), no capítulo a seguir.

3. HISTÓRICO RECENTE DA COFLEX: PROGRAMAS E PROJETOS COM COMPONENTE DE GÊNERO

A Coflex, órgão colegiado de caráter permanente e integrante da estrutura do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), tem por finalidade examinar e autorizar a preparação de programas e projetos do setor público que serão financiados com recursos externos de organismos financeiros internacionais e agências governamentais estrangeiras, e que contam com garantia da União.

A Comissão é composta por representantes de três ministérios, quais sejam o MPO: Secretário-Executivo, Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento, Secretaria Nacional de Planejamento e Secretário de Orçamento Federal; o Ministério da Fazenda (MF): Secretário do Tesouro Nacional, Secretaria de Assuntos Internacionais e Secretário de Política

Econômica; e o Ministério de Relações Exteriores (MRE): Secretário de Assuntos Econômicos e Financeiros. A flexão de gênero nos cargos indica que a representação feminina na Comissão é de 37,5%, um percentual ainda distante da paridade, mas que reflete a participação de mulheres em posições de liderança nos ministérios envolvidos⁵.

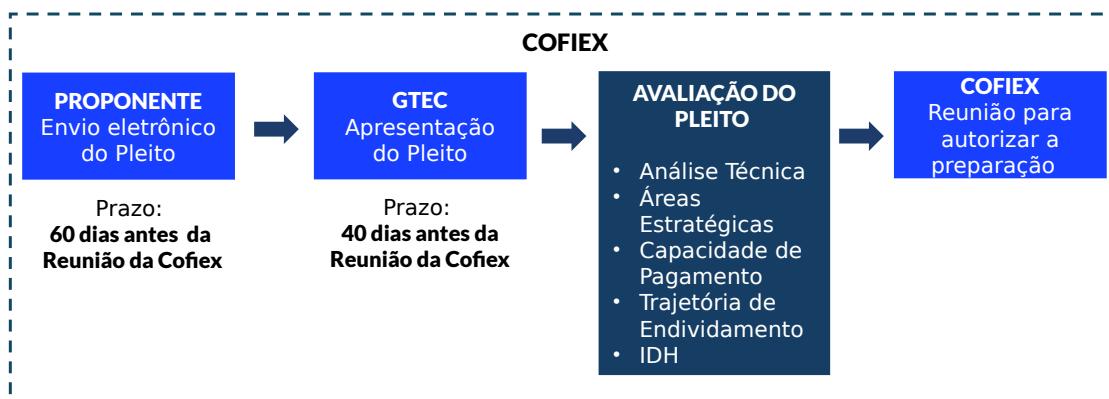
Os membros da Cofiex indicam seus suplentes, designados em ato do Secretário-Executivo do MPO, que também preside a Comissão. As deliberações ocorrem por resolução e as decisões são tomadas por unanimidade, com a presença da maioria absoluta de seus membros. A Comissão pode convidar representantes de outros órgãos, entidades públicas e privadas, além de especialistas, para suas reuniões.

Conforme a legislação vigente nas datas da capacitação relatada neste trabalho, o processo de aprovação de um programa ou projeto junto à Cofiex iniciava-se com a elaboração e submissão de uma carta-consulta⁶, que seria apreciada pelos membros da Comissão. Os interessados em obter financiamento externo – União, estados e municípios – apresentavam seus projetos e programas no âmbito do Grupo Técnico da Cofiex (GTEC), grupo técnico permanente de assessoramento à Comissão. Os proponentes submetiam cartas-consulta e documentos relacionados por meio do Sistema de Gerenciamento Integrado (SIGS), sistema de gestão eletrônica de documentos da Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento do Ministério do Planejamento e Orçamento (Seaid/MPO), e apresentavam os programas e projetos propostos em reuniões técnicas denominadas como GTEC-Apresentação. Pleitos considerados aptos seriam encaminhados para avaliação e deliberação nas reuniões da Cofiex, conforme ilustrado no fluxograma da Figura 1 (Brasil, 2017; 2024d).

⁵ Trata-se da composição da Cofiex nas datas da capacitação abordada neste artigo, a qual se verificou mantida em março de 2025.

⁶ O termo “carta-consulta” foi substituído por “pleito de financiamento externo” com a entrada em vigor da nova resolução que dispõe sobre o exame e a autorização, pela Cofiex, para a preparação de projetos ou programas do setor público com apoio financeiro de fontes externas, a Resolução Normativa nº 1, de 22 de novembro de 2024 (Brasil, 2024e).

Figura 1 - Fluxograma de recebimento e análise de pleitos de operações de crédito externo com garantia da União



Fonte: elaboração própria com informações da Cofiex.

A avaliação dos programas e projetos vinculados aos pleitos de operações de crédito externo observava os procedimentos instituídos pela Resolução Cofiex nº 17, de 7 de junho de 2021, até a entrada em vigor da Resolução Normativa nº 1, de 22 novembro de 2024. A análise considerava cinco critérios para pontuação, quais sejam: 1) análise técnica – desenho, gestão e gerenciamento de riscos do programa ou projeto; 2) áreas estratégicas – impactos ambientais, econômicos e sociais do programa ou projeto; 3) capacidade de pagamento do ente – estados, Distrito Federal e municípios; 4) trajetória de endividamento do ente; 5) Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), beneficiando os entes com menor índice.

O segundo critério reunia 15 áreas consideradas prioritárias para pontuação de projetos e programas, caso as contemplassem e nelas pudessem impactar⁷. Uma das áreas denominava-se “Políticas voltadas para juventude, gênero e raça”, em que projetos e programas poderiam ser pontuados quando neles se verificasse a presença de ações ou iniciativas direcionadas a populações jovens, racializadas e com recorte de gênero.

Outra área estratégica em que ações ou iniciativas com componente de gênero poderiam se incluir denominava-se “Ações de inclusão de minorias sociais entre os beneficiários”. A avaliação desse requisito considerava a presença de ações ou iniciativas que pudessem impactar positivamente o tema social na forma da inclusão de minorias sociais, entre as quais mulheres, negros, indígenas, imigrantes, pessoas LGBTQIAPN+, idosos, população de baixa renda, pessoas com deficiência (PCD) e pessoas em situação de rua (Brasil, 2021; 2024e).

Antes de discorrer sobre a presença do componente de gênero nos programas e projetos recebidos e aprovados pela Cofiex, vale esclarecer que, ao longo do ano de 2023, a Seaid/MPO, que consiste na Secretaria-Executiva da Comissão, adotou uma série de procedimentos para conferir

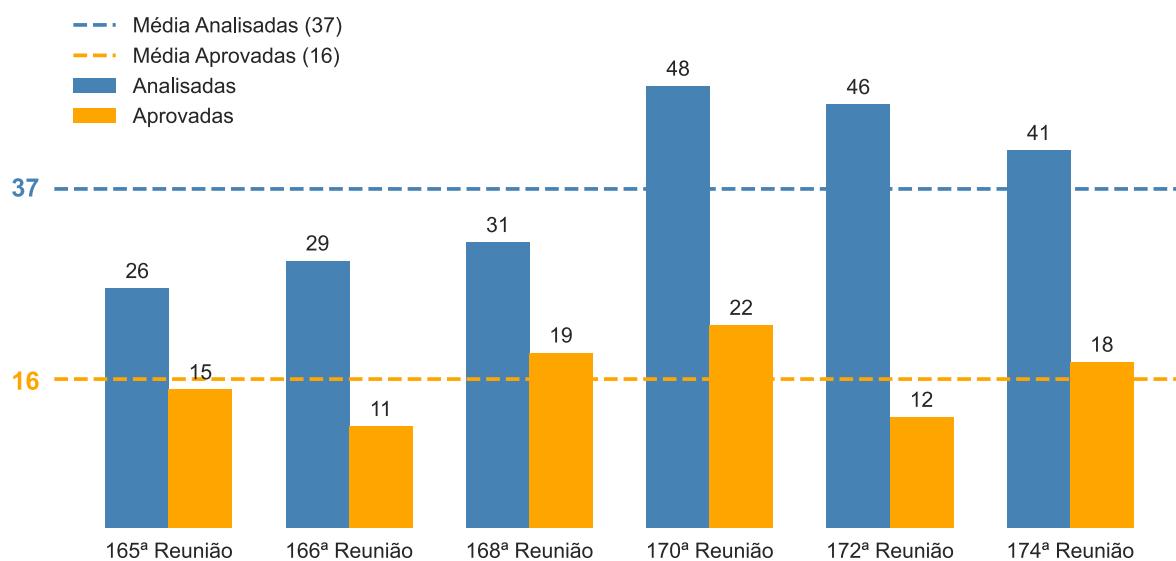
⁷ As 15 áreas estratégicas estão relacionadas no item 4 do Anexo da Resolução nº 17, de 2021 (Brasil, 2021).

maior transparência e efetividade ao processo de financiamento externo com aval da União. Nesse sentido, três mudanças se destacam: definição e divulgação do calendário das reuniões no início do ano; divulgação da pauta das reuniões com antecedência, incluindo os programas e projetos a serem deliberados; e divulgação das informações de cada programa e projeto recebido. Antes, o calendário não era público e apenas os projetos aprovados eram divulgados. A partir do ano de 2023, todos os programas e projetos a serem apreciados nas reuniões são devidamente listados e podem ser consultados no site da Cofiex, onde também podem ser acessadas informações adicionais referentes aos programas e projetos já aprovados nessas e em reuniões anteriores (Brasil, 2023a).

Tendo em vista que a disponibilização de informações sobre programas e projetos recebidos e aprovados pela Cofiex passou a apresentar maior transparência a partir do ano de 2023, os dados que embasam a análise apresentada neste capítulo foram extraídos das seis reuniões da Comissão realizadas no período de janeiro de 2023 a junho de 2024, a saber: 165^a Reunião da Cofiex, em 27 de abril de 2023; 166^a Reunião da Cofiex, em 1º de junho de 2023; 168^a Reunião da Cofiex, em 6 de setembro de 2023; 170^a Reunião da Cofiex, em 7 de dezembro de 2023; 172^a Reunião da Cofiex, em 14 de março de 2024; e 174^a Reunião da Cofiex, em 13 de junho de 2024⁸ (Brasil, 2024d).

O Gráfico 1 apresenta a quantidade de cartas-consulta analisadas e aprovadas em cada uma das mencionadas reuniões. Durante o período total sob análise, a Cofiex deliberou sobre 221 pleitos de cartas-consulta, resultando em uma média de 37 deliberações por reunião. Destes, apenas 97 pleitos (43,9%), o que equivale a uma média de 16 por reunião, foram aprovados pela Cofiex para a preparação de programas ou projetos, evidenciando a complexidade e a competitividade inerentes a esse processo.

⁸ As reuniões 167^a, 169^a, 171^a e 173^a foram deliberativas de normativos e/ou de projetos de temas específicos, não de operações de crédito externo.

Gráfico 1 - Cartas-consulta analisadas e aprovadas por reunião da Cofex

Fonte: elaboração própria com dados do Sistema de Gerenciamento Integrado (SIGS).

Diante desse contexto competitivo, esperava-se que as cartas-consulta submetidas fossem elaboradas com o objetivo de alcançar a pontuação máxima possível, visando assim a sua aprovação. Nesse sentido, a inclusão de componentes de gênero, devido às pontuações específicas a eles atribuídos, poderia constituir um diferencial competitivo que potencialmente contribuiria para a aprovação da carta-consulta.

No entanto, apenas 44 pleitos (19,9%) deliberados nas reuniões possuem pontuações nas áreas estratégicas supracitadas que indicam a existência de componentes de gênero. Destes, apenas 25 pleitos (11,3% em relação ao total de pleitos deliberados e 25,8% em relação ao total de pleitos aprovados) foram aprovados pela Cofex para a preparação de programas ou projetos dentro do período de análise estabelecido. O Gráfico 2 detalha essas informações, demonstrando a quantidade de cartas-consulta analisadas e aprovadas com e sem componente de gênero em cada reunião.

Gráfico 2 - Cartas-consulta analisadas e aprovadas com e sem componente de gênero por reunião da Cofex

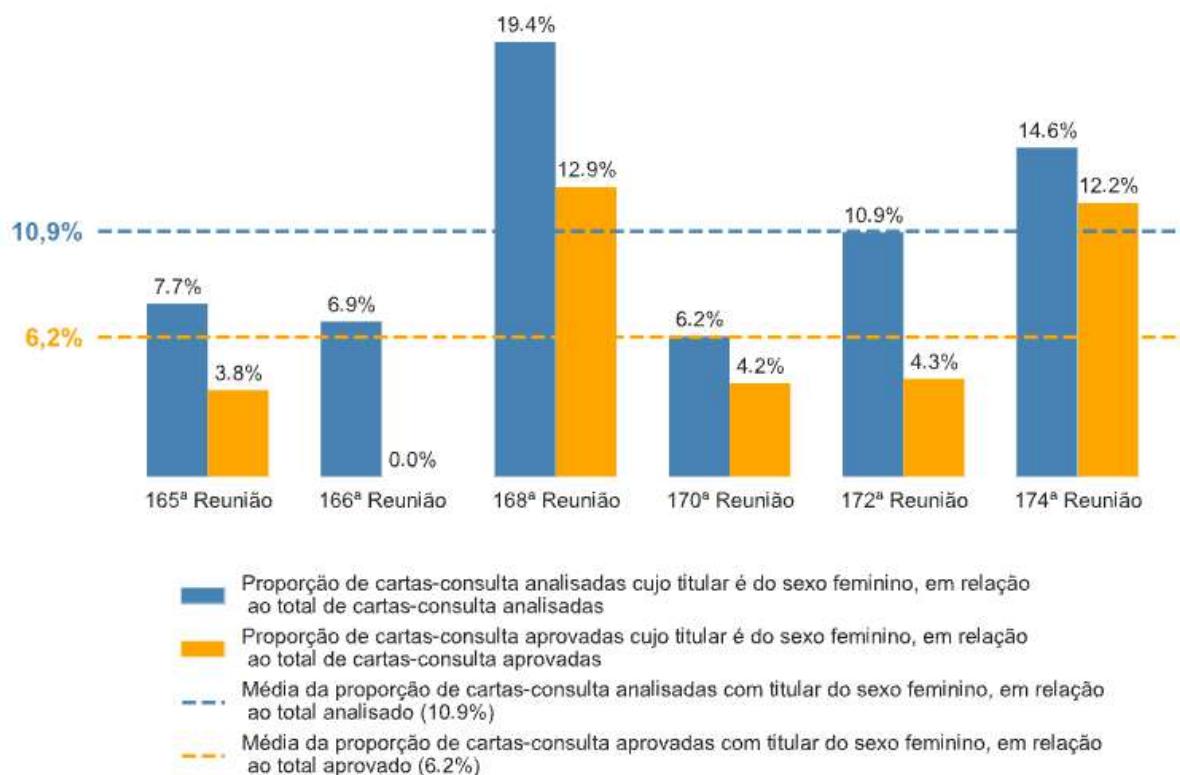
■ Analisadas Sem Componente de Gênero (Média: 79.6%)
■ Analisadas Com Componente de Gênero (Média: 20.4%)
■ Aprovadas Sem Componente de Gênero (Média: 72.9%)
■ Aprovadas Com Componente de Gênero (Média: 27.1%)



Fonte: elaboração própria com dados do Sistema de Gerenciamento Integrado (SIGS).

Uma possível explicação para a baixa quantidade de pleitos submetidos que incluem componentes de gênero pode residir na composição das equipes responsáveis pelas cartas-consulta. O Gráfico 3 ilustra o percentual de cartas-consulta cujos titulares são do gênero feminino, em relação ao total de cartas-consulta, tanto para aquelas apresentadas quanto para as aprovadas. Em média, no período analisado, apenas 10,9% das cartas-consulta apresentadas e 6,2% das aprovadas possuem titulares do gênero feminino, evidenciando uma disparidade relevante nesta estatística.

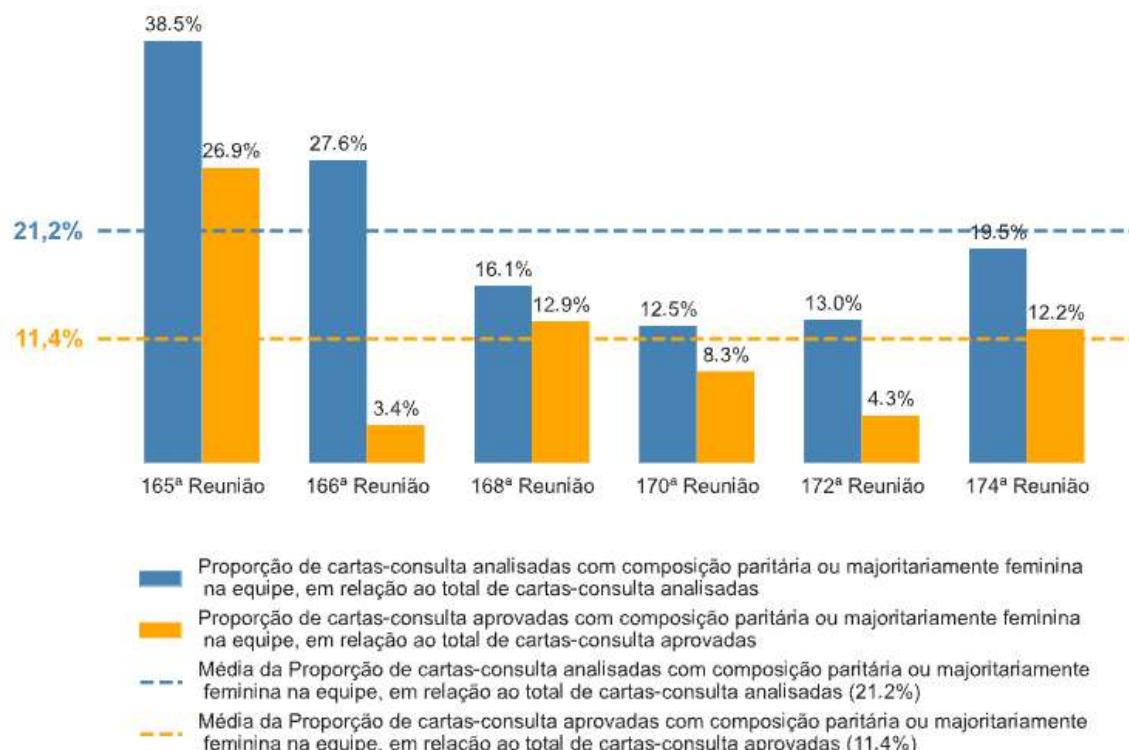
Gráfico 3 - Proporção de cartas-consulta cujo titular é do sexo feminino, em relação ao total de cartas-consulta, por reunião da Cofix



Fonte: elaboração própria com dados do Sistema de Gerenciamento Integrado (SIGS).

Além do titular, a desigualdade de gênero também se manifesta na composição proporcional das equipes responsáveis pelas cartas-consulta. Em média, durante o período analisado, apenas 21,2% das cartas-consulta apresentadas e 11,4% das aprovadas contam com pelo menos metade da equipe composta por indivíduos do gênero feminino. O Gráfico 4 detalha essas informações, apresentando o percentual de cartas-consulta que possuem essa característica em relação ao total de cartas-consulta, tanto para aquelas apresentadas quanto para as aprovadas.

Gráfico 4 - Proporção de cartas-consulta analisadas e aprovadas, por reunião da Cofiex, cuja composição da equipe é paritária ou majoritariamente feminina



Fonte: elaboração própria com dados do Sistema de Gerenciamento Integrado (SIGS).

Essa evidência também se manifesta e se reforça na composição média das equipes responsáveis pelas cartas-consulta aprovadas, conforme evidenciado pelo Gráfico 5. Todas essas estatísticas apresentadas evidenciam uma predominância masculina na elaboração dos pleitos submetidos para análise da Cofiex, o que pode estar relacionado a um baixo número de pleitos que possuem algum componente de gênero.

Embora essa lógica seja factível e a solução de aumentar a participação feminina seja evidente e desejável, é necessário ter cautela ao presumir que o simples aumento da participação feminina terá uma ligação direta e imediata com o aumento de cartas-consulta submetidas com componentes de gênero.

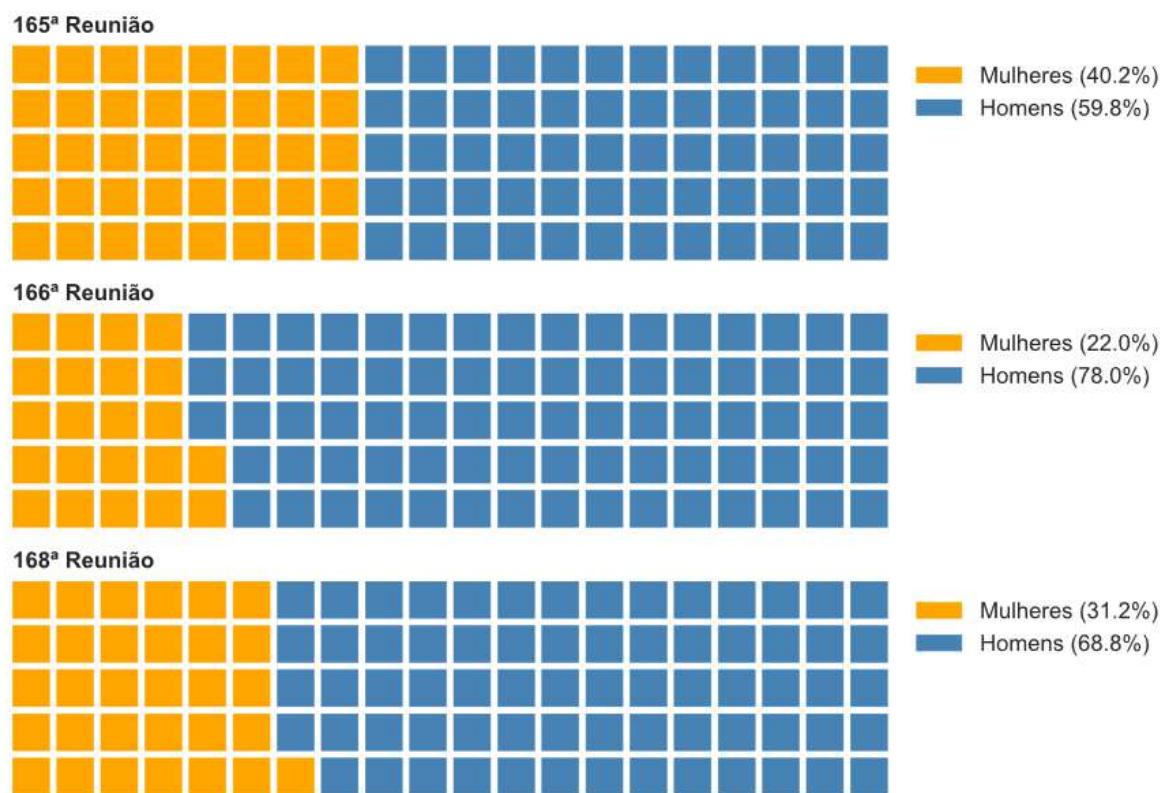
Com base na análise clássica da significância dos números na vida social, originalmente apresentada por Simmel (1950) e posteriormente aprimorada por Kanter (1977), esse processo pode ser mais complexo do que se imagina. Essa teoria evidencia que a presença de uma minoria numérica de indivíduos sub-representados exerce influência limitada ou nenhuma influência nos resultados organizacionais. Nesse contexto, para que a correlação entre a participação feminina e

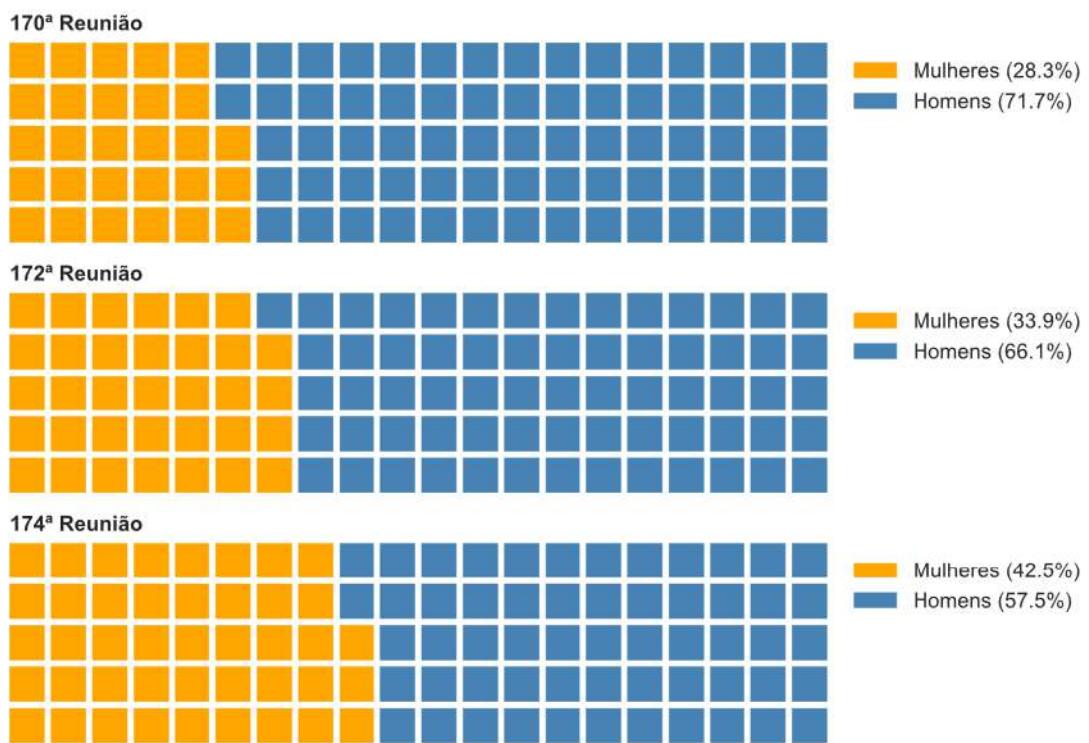
o aumento de cartas-consulta submetidas com componentes de gênero seja evidenciada, torna-se necessário que exista, no mínimo, uma equidade de gênero no processo.

Para ilustrar melhor esse argumento, observa-se que, no período analisado, não há registro de nenhuma carta-consulta submetida que conte com simultaneamente componentes de gênero e que tenha um titular do gênero feminino. Ademais, observa-se que apenas 11 pleitos (5,0%) deliberados e 6 aprovados (2,7% em relação ao total de pleitos deliberados e 6,2% em relação ao total de pleitos aprovados) contemplam tanto componentes de gênero quanto, ao menos, metade da equipe constituída por indivíduos do gênero feminino.

Esse contexto, embora mereça mais investigações, evidentemente apresenta desafios que transparecem a necessidade da elaboração de políticas públicas voltadas tanto para conscientização quanto para uma maior inclusão e representatividade de mulheres no processo como um todo, promovendo assim uma equidade de gênero mais efetiva e justa, que potencialmente traz inúmeros benefícios sociais e econômicos.

Gráfico 5 - Composição média das equipes responsáveis pelas cartas-consulta aprovadas por reunião da Cofiex





Fonte: elaboração própria com dados do Sistema de Gerenciamento Integrado (SIGS).

4. RELATO DE EXPERIÊNCIA: CAPACITAÇÃO EM FINANCIAMENTO EXTERNO PARA PROJETOS COM PERSPECTIVA DE GÊNERO

O curso “Captação de recursos externos para financiamento de políticas locais com perspectiva de gênero” foi realizado de 8 a 10 de maio de 2024, em Brasília, no Distrito Federal. Organizado pelo Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (Enap), o Instituto Alziras e o Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe (CAF), o evento teve por objetivo capacitar governadoras, vice-governadoras, prefeitas, vice-prefeitas e secretárias de estado ou de município com mais de 90 mil habitantes, no desenvolvimento de políticas locais que contribuam na promoção da equidade de gênero e na captação de recursos de agentes financeiros externos para programas ou projetos que refletem tais políticas.

Antes de relatar o evento de capacitação, apresenta-se brevemente a metodologia adotada para construir o registro apresentado neste capítulo.

4.1 Nota metodológica

A escolha da capacitação para objeto de análise decorre de seu ineditismo no Brasil e de sua relevância para o fortalecimento da participação feminina na gestão pública e na obtenção de financiamentos internacionais.

A singularidade do curso se evidencia na interseção de três elementos-chave: recursos externos, setor público e liderança feminina. Sua importância reside no fato de representar um esforço concreto de instituições nacionais e internacionais para reduzir desigualdades de gênero no acesso a recursos para projetos de desenvolvimento.

Embora existam iniciativas nacionais voltadas ao fortalecimento da atuação de mulheres na administração pública, como cursos de políticas de inclusão de gênero, de negociação para prefeitas e de liderança feminina no governo federal, essas experiências não abrangem especificamente captação e gestão de financiamentos internacionais (Enap, 2024b). Assim, a capacitação analisada se destaca por preencher a lacuna relacionada à preparação de mulheres líderes do Poder Executivo para o acesso a recursos externos, combinando a qualificação técnica sobre o tema com o empoderamento feminino na esfera pública.

Ressalta-se que compõem o grupo de autores deste artigo três servidoras do Poder Executivo Federal ocupantes de cargos comissionados e funções de confiança na data da capacitação – as lideranças femininas que idealizaram e coordenaram a organização do evento, além de atuarem como palestrantes na ocasião. Demais autores são servidores integrantes das equipes por elas lideradas, os quais obtiveram os dados e informações durante e após a realização do curso.

Os dados e informações utilizados para a elaboração do relato foram obtidos por meio de anotações de campo e interações com as coordenadoras da iniciativa. Analisaram-se, também, materiais didáticos, documentos institucionais e registros audiovisuais relacionados ao curso. A análise baseou-se na categorização dos principais temas abordados na capacitação, sendo conferido destaque aos desafios enfrentados pelas participantes na captação de recursos, especialmente em interseccionalidade com desigualdades de gênero. O relato, apresentado a seguir, foi organizado conforme a sequência da programação do evento.

4.2 Registro da experiência formativa

Idealizada no contexto do fortalecimento da agenda de equidade de gênero pelo governo federal, o curso “Captação de recursos externos para financiamento de políticas locais com perspectiva de gênero” recebeu cerca de 300 candidaturas de todos os estados do Brasil para 50 vagas. Diante da grande procura, foi possível contemplar 58 gestoras de alto escalão, das quais 47 participaram. Além do critério relacionado ao cargo, outros estabelecidos para a seleção contemplaram promoção da diversidade regional e de raça.

Entre as selecionadas, 60% das participantes se declararam pretas e pardas, 37% brancas e 3% indígenas. No que se refere à diversidade regional, 59% das selecionadas representaram a região Nordeste, 22% Norte, 7% Centro-Oeste e Sudeste e 4% Sul. Observou-se, entre as secretárias estaduais e municipais, considerável diversidade em relação à área de atuação, desde pastas dedicadas a Políticas para Mulheres, passando por Fazenda, Assistência Social, Justiça, Saúde, Trabalho, Planejamento entre outras.

Além das gestoras, participaram do evento cerca de 30 especialistas da Enap, do MPO, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, do Ministério da Fazenda e de nove agentes financeiros externos: CAF; Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Banco Mundial (BIRD); Fundo Financeiro para Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata); Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD); KfW Banco de Desenvolvimento; Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA); Novo Banco de Desenvolvimento (NDB); Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) da Organização das Nações Unidas (ONU). A Figura 2 é uma fotografia representativa da audiência no primeiro dia da capacitação.

Figura 2 - Fotografia das participantes do primeiro dia do evento de capacitação em financiamento externo para projetos com perspectiva de gênero



Fonte: BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. Captação de Recursos Externos – Dia 1. 2024⁹.

A programação do evento foi estruturada para contemplar temas estratégicos e essenciais à promoção do desenvolvimento local e da equidade de gênero, incluindo painéis e workshops sobre mobilização de recursos externos como ferramenta de desenvolvimento local, desafios envolvidos

⁹ Foto de Washington Costa/MPO. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/minplanejamento/53710573663/in/album-72177720316832809>. Acesso em: 30 mar. 2025.

da elaboração à execução dos projetos, escolha do instrumento financeiro mais adequado, geração de emprego e renda nos estados e municípios, desafios das mudanças climáticas nas cidades e regiões rurais, igualdade de gênero na transição verde, além de infraestrutura e saneamento sob uma perspectiva de gênero e o conceito de cidades pensadas por mulheres (Enap, 2024a).

O painel “Do projeto à execução: o percurso institucional para mudar a vida do cidadão”, realizado no primeiro dia do evento de capacitação, abordou detalhadamente as etapas desde a apresentação de uma carta-consulta até a sua aprovação e a assinatura do contrato com a instituição financiadora. Foi destacado que se reconhecem “as dificuldades inerentes à burocracia para a obtenção de recursos externos e como ela afeta de maneira mais acentuada as mulheres, devido às dificuldades enfrentadas nas administrações públicas e no acesso em si das mulheres aos espaços de decisão”.

A ênfase nas dificuldades burocráticas para a obtenção de recursos externos e seu impacto desproporcional sobre as mulheres destaca um problema estrutural relevante: embora se reconheça que a burocracia pode ser um entrave, pouco se discute sobre como reformá-la de modo a torná-la menos excludente. Muitas vezes, os requisitos e as dinâmicas da administração pública reforçam padrões persistentes de desigualdade. Nota-se que o desafio não está apenas em capacitar as mulheres para navegar nesse sistema, mas também em transformá-lo para que seja mais inclusivo, simplificado e acessível.

O painel “Mobilização de recursos externos como ferramenta de desenvolvimento local”, também realizado no primeiro dia da capacitação, promoveu um debate sobre o papel do financiamento multilateral no desenvolvimento sustentável de estados e municípios. Representantes de Fonplata, CAF e Banco Mundial apresentaram as particularidades de atuação e os perfis de financiamento de cada instituição, ilustrando sua contribuição por meio de exemplos de programas e projetos apoiados.

Embora o painel tenha destacado a importância da perspectiva de gênero no desenvolvimento local, a discussão evidenciou desafios estruturais que persistem na inclusão efetiva das mulheres na gestão pública e no acesso a recursos externos. A afirmação da presidente do Fonplata, Luciana Botafogo, de que “a visão de gênero promove desenvolvimento desde a base da pirâmide”, sugere um reconhecimento da relevância do tema, mas também levanta questionamentos sobre o grau de institucionalização dessa abordagem nos mecanismos de financiamento externo. As exigências e critérios para a aprovação de projetos não contemplam suficientemente a perspectiva de gênero, limitando sua efetividade na prática.

Stefania Laterza, representante do CAF para o Brasil, apontou para o cenário desafiador enfrentado por gestoras, “constantemente cobradas de maneiras que os colegas homens não são”, sempre precisando ter que fazer o máximo, entregar o melhor, considerando que, geralmente, não haverá outra chance de ocupar posição semelhante. Por tais razões, foi ressaltada a importância tanto

da capacitação de mais mulheres que atuam na administração pública quanto do desenvolvimento de políticas públicas por gestoras.

A fala da representante do CAF evidencia uma desigualdade estrutural que vai além da capacitação técnica. Ainda que a formação de mais mulheres para a administração pública seja relevante, não é suficiente para reverter padrões institucionais que continuam cobrando mais das mulheres do que dos homens em posições de liderança (Brasil, 2024b).

O segundo dia do evento foi marcado por discussões fundamentais sobre financiamento, infraestrutura, saneamento, mobilidade urbana e políticas locais sob a perspectiva de gênero. O workshop “Da escola à estrada: qual o melhor instrumento financeiro para concretizar a minha política?” enfocou as características e vantagens de cada tipo de empréstimo, a exemplo de projetos de investimento público, programas baseados em resultados e financiamento para o desenvolvimento de políticas. As participantes se dividiram em cinco grupos e apresentaram um caso para ser modelado pelos especialistas. A Figura 3 corresponde a uma fotografia tirada durante o referido workshop.

Figura 3 - Fotografia da realização do workshop “Da escola à estrada: qual o melhor instrumento financeiro para concretizar a minha política”?



Fonte: BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. Captação de Recursos Externos – Dia 2. 2024¹⁰.

¹⁰ Foto de Washington Costa/MPO. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/minplanejamento/53709585462/in/album-72177720316834579>. Acesso em 30 mar. 2025.

No mesmo dia, foram realizados o terceiro e quarto painéis do evento. O painel “O impacto dos projetos de infraestrutura e saneamento nos estados e municípios sob a lente de gênero” trouxe um dado alarmante: 50% da população brasileira sofre de insegurança sanitária. A discussão destacou o impacto desproporcional da falta de saneamento sobre as mulheres, que historicamente assumem a responsabilidade pela higiene doméstica e por buscar água para as necessidades familiares.

Nesse terceiro painel, foram apresentados os benefícios de trabalhos de saúde pública para as populações e o desafio da inserção das mulheres no setor de infraestrutura. Representantes do KfW e da AFD apresentaram projetos de saneamento básico realizados no Brasil e a representante da AFD, Suzane Spooner, destacou que os projetos devem trazer orçamentos específicos para planos de ação de gênero, ressaltando que “integrar gênero em projetos passa por todas as etapas: estudos, projetos básicos, desde o desenho até a estrutura de gestão do projeto”.

O conteúdo do painel suscita debates críticos sobre os entraves que dificultam a implementação de projetos de infraestrutura e saneamento com uma abordagem transformadora na questão de gênero. A exigência mencionada pela representante da AFD pode representar um avanço, mas se indaga: até que ponto seria efetivamente incorporada nos critérios de financiamento e monitorada na execução dos projetos?

O quarto painel, “Cidades que pensam nas mulheres e mulheres que pensam nas cidades: políticas locais inovadoras em habitação e mobilidade urbana” convidou à reflexão sobre o papel das mulheres e de outros grupos sub-representados nos espaços urbanos e a forma como o planejamento habitacional e a mobilidade urbana impactam suas vidas.

Nesse painel, representantes do BID, do Fonplata e do CAF destacaram a importância da mobilidade com a ótica de gênero e ambiental. Debateram sobre a vivência das mulheres nos espaços públicos, passando pelas questões de moradia, deslocamentos e segurança. As participantes discutiram sobre a importância da eficiência nos serviços de transporte e do planejamento adequado da infraestrutura habitacional e da mobilidade urbana, que devem levar em consideração as necessidades de gênero.

A Figura 4 retrata um dos slides da apresentação feita por Clémentine Tribouillard, Especialista Sênior em Habitação e Desenvolvimento Urbano do BID durante o painel, em que foram apresentados exemplos de projetos e iniciativas sobre gênero e cidades contemplados pela carteira do BID. As ações incluem promoção do empreendedorismo feminino em favelas, capacitação de líderes comunitárias em prevenção de desastres e gestão de riscos, arquitetura inclusiva de gênero em habitação de interesse social, sensibilização de guardas civis metropolitanos sobre prevenção e combate à violência e às discriminações contra pessoas vulneráveis e metodologia de auditoria de segurança de gênero e caminhabilidade.

Figura 4 - Slide com exemplos de projetos e iniciativas em gênero e cidades, realizados no Brasil com financiamento do BID



Fonte: elaboração própria a partir da apresentação de slides da representante do BID durante o painel “Cidades que pensam nas mulheres e mulheres que pensam nas cidades: políticas locais inovadoras em habitação e mobilidade urbana”.

Em que pese o crescente reconhecimento da importância de integrar a perspectiva de gênero ao planejamento urbano, os desafios da implementação permanecem. Fica a questão: a estrutura das cidades, historicamente projetada a partir de um olhar masculino, não responde plenamente às necessidades das mulheres, que enfrentam deslocamentos inseguros, sobrecarga com jornadas múltiplas e acesso desigual a oportunidades econômicas. Como garantir que essas preocupações sejam traduzidas em políticas públicas eficazes e não permaneçam apenas no nível do debate, sem impactos concretos na vida das mulheres e demais grupos sub-representados?

O segundo dia do evento foi encerrado com a sessão temática “Explorando histórias de sucesso: abordagens inovadoras para a execução de políticas locais”. Formou-se um espaço interativo em que as participantes puderam circular entre as mesas, apresentando como boas práticas podem ser replicadas e escalonadas. Os temas abordados foram saúde, segurança, questões urbanas, redução da pobreza nas zonas rurais e economia do cuidado.

Reconhece-se a relevância da troca de experiências e entende-se que a replicação e o escalonamento das boas práticas podem ampliar impactos positivos. Por outro lado, constata-se que a replicabilidade das iniciativas bem-sucedidas não exige apenas vontade política e financiamento, mas mudanças sistêmicas na formulação e implementação de políticas públicas. Sem marcos regulatórios e de governança adequados, há o risco de que essas boas práticas permaneçam como

exceções e não referências consolidadas no planejamento governamental, com vistas à geração de mudanças estruturais.

O terceiro dia do evento teve início com o quinto painel, “Como promover a geração de emprego e renda nos estados e municípios”, em que foram apresentadas iniciativas para aumentar a participação feminina no mercado de trabalho a nível nacional e global. Foram apresentados projetos como o Afroturismo, financiado pelo BID em Salvador, Bahia, que já realizou treinamentos e desenvolveu uma plataforma on-line para afroempreendedores. Também foi apresentada uma iniciativa de empoderamento feminino no mercado de trabalho desenvolvida pelo CAF na mesma cidade.

A especialista do BID, Juliana Bettini, que ressaltou o turismo como motor de crescimento, trouxe dados preocupantes da Organização das Nações Unidas (ONU) para América Latina: apesar de representarem 60% da força laboral do setor de turismo, as mulheres ocupam apenas 37% dos postos de liderança e recebem salários significativamente mais baixos que os homens, tanto no mercado formal (33%) quanto no informal (41%).

Cabe o questionamento: tendo em vista que a desigualdade estrutural persiste mesmo em setores onde as mulheres são maioria, como assegurar igualdade salarial e oportunidades reais de ascensão profissional, para além de garantir a inserção de mais mulheres no mercado de trabalho? Os problemas da sub-representação feminina em cargos estratégicos e da persistente disparidade salarial reforçando a necessidade de políticas que enfrentem diretamente fatores como a divisão sexual do trabalho, a ausência de suporte institucional para o cuidado e a resistência cultural à liderança feminina.

Por sua vez, Shirley Mahdi, Economista Principal do Banco Mundial para o Brasil, abordou o ambiente de negócios no Brasil, o impacto da burocacia sobre a produtividade das empresas e a forma diferenciada como essa realidade afeta as mulheres. Essa perspectiva convida à reflexão sobre possíveis e necessárias reformas para que a redução da burocacia contribua, de fato, para um ambiente mais equitativo para empreendedoras e trabalhadoras, sem reproduzir as desigualdades existentes no acesso a crédito, formalização de negócios e participação econômica.

Adriana Barbosa, fundadora do Instituto da Feira Preta, a maior feira de cultura negra da América Latina, destacou os desafios enfrentados por empreendedoras negras a partir de sua experiência pessoal, reforçando a importância de empreendimentos econômico-culturais com caráter étnico, que considerem a interseccionalidade entre gênero e raça. Ao ressaltar que mulheres negras enfrentam obstáculos ainda maiores, a fala da representante evidenciou a importância de políticas que considerem as especificidades das mulheres em diferentes contextos econômicos e sociais.

No sexto e último painel, “Enfrentar os desafios das mudanças climáticas nas cidades e regiões rurais: garantindo a igualdade de gênero na transição verde”, foram apresentados projetos

de mitigação e adaptação às alterações climáticas liderados por mulheres ou centrados nos impactos para as mulheres, desenvolvidos com o apoio de agentes financiadores nacionais e multilaterais. As especialistas lamentaram a situação de calamidade que o Estado do Rio Grande do Sul enfrentava naqueles dias.

O painel oportunizou reflexões sobre a importância da inclusão de gênero na transição verde e no enfrentamento das mudanças climáticas, destacando como a resiliência feminina é fundamental para o desenvolvimento sustentável. A Assessora Especial para Gênero e Diversidade do BID, Diana Rodriguez, discorreu sobre o nexo entre as mudanças climáticas e gênero, enfatizando que as mulheres são mais afetadas pelas mudanças climáticas e pelas dificuldades resultantes, como a dificuldade de acesso a alimentos. Por esse motivo, afirmou que investir na resiliência das mulheres é considerada uma das estratégias mais importantes, indicando frentes como mobilidade sustentável para mulheres e agricultura sustentável e investimentos em infraestrutura de cuidado, do meio ambiente e de pessoas.

Embora se reconheça a importância de investir na resiliência feminina como um fator essencial para o enfrentamento das mudanças climáticas, é necessário refletir sobre sua origem e seus impactos. Trata-se de um fortalecimento promovido por políticas públicas ou de uma adaptação a processos que historicamente negligenciam as mulheres? Além disso, esse investimento teria o potencial de transformar as relações de poder e promover a equidade ou, ao contrário, reforçaria a expectativa de que as mulheres assumam a responsabilidade por mitigar os efeitos das crises ambientais? Os desafios das mudanças climáticas em interseccionalidade com a inclusão de gênero devem ser enfrentados por meio de políticas que garantam autonomia e protagonismo às mulheres, em vez de sobrecarregá-las ainda mais com novas responsabilidades na gestão de crises.

No mesmo painel, a Economista Agrícola do Banco Mundial, Marie Paviot, tratou de mudanças climáticas e dos desafios do setor agrícola no Brasil. Apresentou projetos desenvolvidos no Piauí e Mato Grosso, estados que têm secretarias de agricultura lideradas por mulheres. O projeto realizado no Piauí atuou com regularização fundiária, manejo sustentável, apoio à agricultura familiar sustentável e desenvolvimento de mercados, atendendo 25.000 famílias.

A representante do Banco Mundial citou, ainda, o edital Mulheres Rurais, ação que integra o Projeto São José e seleciona propostas de negócios feitas por mulheres que moram em comunidades rurais do Estado do Ceará. Desenhado em linguagem simples para favorecer a inclusão, a iniciativa promove capacitação e treinamento para elaborar projetos viáveis e sustentáveis. O edital foi referido no slide da apresentação feita por Marie Pivot no painel, retratado na Figura 5.

Figura 5 - Slide sobre edital para apoio a projetos liderados por mulheres rurais, iniciativa do Projeto São José, realizado pelo Estado do Ceará com financiamento do Banco Mundial

PROJETO SÃO JOSÉ – ESTADO DO CEARÁ



Editor específico para mulheres rurais

- Apoio produtivo aos Projetos individuais de mulheres rurais
- Doação de até R\$ 25 000 para investimentos + R\$ 5 000 para obter assistência técnica na implementação do projeto
- Capacitação e treinamento técnico e gerencial para desenhar um projeto viável e sustentável (80h + apoio de técnicos)
- Relacionamento com bancos
- Edital em linguagem simples para favorecer inclusão



<https://www.instagram.com/reel/C4qnhvL02d77igsh-MXZourmoyYzB1YXhmcw%3D%3D/>

Fonte: elaboração própria a partir da apresentação de slides da representante do Banco Mundial durante o painel “Enfrentar os desafios das mudanças climáticas nas cidades e regiões rurais: garantindo a igualdade de gênero na transição verde”.

Em linha com os demais questionamentos propostos nesta seção, entende-se que o lançamento de editais específicos para mulheres, como o realizado no Ceará, representa um avanço no sentido da inclusão, mas indaga-se como garantir que essas iniciativas não sejam casos isolados, mas integrem uma estratégia mais ampla de inclusão de gênero no setor agrícola e na transição verde. Tendo em vista os séculos de exclusão das mulheres do acesso à terra, crédito e capacitação técnica, mudanças estruturais nesse sentido demandam mecanismos institucionais sólidos e políticas de longo prazo (CAF, 2024; Brasil, 2024f).

Por fim, na Sessão de Feedback, apresentaram-se as conclusões do evento e os compromissos para avançar na agenda de gênero. As instituições organizadoras realizaram discursos de encerramento, e as instituições convidadas fizeram comentários finais.

A representante do CAF no Brasil, Estefanía Laterza, dirigiu-se às líderes participantes: “queremos apoiá-las nesse espaço que conquistaram com tanta dificuldade. Queremos ver um Brasil desenvolvido para todas as pessoas e estamos aqui para fornecer as ferramentas e apoiá-las na gestão” (CAF, 2024). Tais palavras resumiram a mensagem dos bancos multilaterais de desenvolvimento e demais agentes externos participantes no sentido do interesse em apoiar as lideranças políticas femininas em seu potencial de catalisarem as mudanças necessárias na

sociedade, por meio do financiamento externo a projetos estaduais e municipais elaborados e geridos por elas.

Diante desses debates, permanece o desafio de transformar as reflexões e experiências compartilhadas no evento em ações concretas que efetivamente reduzam as desigualdades de gênero. A transversalização de gênero nas políticas públicas não pode se limitar a um compromisso discursivo, mas deve estar integrada aos critérios de financiamento, planejamento e monitoramento dos projetos. Fica, portanto, o questionamento: como garantir que a inclusão de gênero no financiamento externo e nos projetos apoiados não seja apenas uma exigência formal, mas uma realidade com impactos concretos na vida das mulheres e dos demais grupos sub-representados?

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O compromisso com a promoção da igualdade de gênero é pauta prioritária comum do governo federal e dos agentes externos que financiam projetos e programas no país. Considera-se o evento de capacitação relatado como um passo importante para sensibilizar o público a essa questão, visando favorecer a inserção do componente de gênero na pauta do financiamento externo no Brasil e a reversão do cenário de baixa participação feminina nessa agenda.

Ao longo dos três dias de capacitação, as participantes tiveram a oportunidade de aprofundar seus conhecimentos e trocar experiências sobre a mobilização de recursos externos com uma perspectiva de gênero. O evento, caracterizado por uma diversidade significativa de representantes regionais e raciais, promoveu um ambiente inclusivo e colaborativo, fundamental para o desenvolvimento de políticas públicas mais equitativas. As sessões e os workshops abordaram temas cruciais, desde aspectos técnicos da execução de projetos e escolha de instrumentos financeiros até os impactos de gênero em setores estratégicos, como infraestrutura, mobilidade urbana, saneamento e mudanças climáticas.

As palestras ministradas por especialistas e os debates conduzidos com representantes de diversas instituições financeiras ampliaram a compreensão sobre os desafios e as oportunidades na captação de recursos e na implementação de políticas locais. As histórias de sucesso apresentadas, assim como as discussões sobre o papel das mulheres na administração pública e em setores estratégicos, reforçaram a importância de capacitar mais gestoras para enfrentar os obstáculos burocráticos e financeiros. As experiências compartilhadas e as redes de contatos formadas ao longo desses dias tendem a aprimorar a atuação das gestoras públicas, contribuindo para a promoção da equidade de gênero e a efetivação de políticas públicas transformadoras nos estados e nos municípios brasileiros.

Os resultados da capacitação evidenciaram uma demanda reprimida por conhecimentos especializados em financiamento externo com enfoque em gênero, refletida pelo alto engajamento e pela qualidade das interações. O evento serviu como um piloto para uma trilha contínua de

aprendizagem, fornecendo ferramentas e percepções essenciais para a concepção e a execução de projetos inovadores e inclusivos. As discussões também estimularam diversas possibilidades para intervenções futuras, ressaltando a importância de políticas públicas sensíveis ao gênero como agentes de mudança estruturais nos estados e nos municípios brasileiros.

Como um possível exemplo, considera-se a implementação de um programa de mentoria direcionado a prefeitas recém-eleitas. Ademais, outras propostas relacionadas à promoção da diversidade de forma mais ampla, contemplando aspectos como raça, classe social e identidades LGBTQIAPN+, podem ser consideradas para fortalecer as políticas de inclusão e equidade na gestão pública. Nesse sentido, conciliar a capacitação com o Plano Plurianual (PPA) é fundamental para assegurar que as ações propostas se alinhem às metas de longo prazo estabelecidas pelo governo, garantindo a sustentabilidade e a continuidade dos esforços em prol da igualdade de gênero e da diversidade.

Ressalte-se que o alinhamento do novo normativo da Cofex para avaliação de pleitos de financiamento externo às prioridades estabelecidas no PPA, as quais incluem reforçar políticas de proteção e atenção às mulheres, pode favorecer o direcionamento de recursos para a implementação de políticas públicas voltadas à equidade de gênero. Esse direcionamento possibilita a implementação de políticas públicas que incentivem a maior representatividade feminina em espaços de decisão e ampliem sua participação na gestão do desenvolvimento econômico e na promoção da sustentabilidade socioambiental. Ao garantir que as mulheres desempenhem um papel ativo na definição de políticas públicas e no planejamento e execução de projetos estruturantes, reforça-se o compromisso com um futuro mais justo, inclusivo e sustentável (Brasil, 2024e).

Durante o processo de pesquisa, enfrentaram-se desafios significativos, como a escassez de referências específicas sobre projetos de infraestrutura com enfoque em gênero. Essa lacuna evidencia a necessidade de investimentos em iniciativas para ampliar a disponibilidade de informações e de estudos sobre essa temática, visando facilitar investigações futuras e fortalecer o embasamento teórico e prático da formulação de políticas públicas.

Para estudos subsequentes, recomenda-se explorar mais profundamente as interseccionalidades entre gênero, raça e outros marcadores de diversidade, buscando estratégias que garantam uma inclusão mais ampla e equitativa. A compreensão dessas múltiplas dimensões é essencial para aprimorar os mecanismos de financiamento externo e assegurar que os projetos de desenvolvimento considerem, de forma transversal, a diversidade e os desafios enfrentados por diferentes grupos sociais. Essas recomendações visam contribuir para um ambiente mais justo e igualitário, onde a participação efetiva de mulheres e o reconhecimento das diversas identidades contribuam fundamentalmente para o avanço social e econômico do país como um todo.

REFERÊNCIAS

AGENCE FRANÇAISE DE DÉVELOPPEMENT & UNITED NATIONS ENTITY FOR GENDER EQUALITY. **Public Development Banks Driving Gender Equality.** An Overview of Practices and Measurement Frameworks. New York, 2021. <https://www.unwomen.org/sites/default/files/Headquarters/Attachments/Sections/Library/Publications/2021/Public-development-banks-driving-gender-equality-en.pdf#:~:text=URL%3A%20https%3A%2F%2Fwww.unwomen.org%2Fsites%2Fdefault%2Ffiles%2FHeadquarters%2FAttachments%2FSections%2FLibrary%2FPublications%2F2021%2FPublic>.

BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. **Agenda Transversal Mulheres.** Série Planejamento Nacional. PPA 2024-2027. Brasília: MPO, 2024a. Disponível em: <https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/plano-plurianual/arquivos/relatorios-planejamento-nacional/relatorio-agenda-transversal-mulheres.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2025.

BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. “**As mulheres têm que fazer sempre o máximo, o melhor possível, pois geralmente não temos uma segunda chance**”, aponta Estefania Laterza, do CAF. Capacitação, 9 de maio de 2024b. Disponível em: <https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/noticias/2024/maio/201cas-mulheres-tem-que-fazer-sempre-o-maximo-o-melhor-possivel-porque-geralmente-nao-temos-uma-segunda-chance201d-aponta-estefania-laterza-do-caf>. Acesso em: 28 mar. 2025.

BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. **Capacitação em financiamento externo atrai gestoras estaduais e municipais de todo Brasil**, 6 de maio de 2024c. Disponível em: <https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/noticias/2024/maio/capacitacao-em-financiamento-externo-atrai-gestoras-estaduais-e-municipais-de-todo-brasil>. Acesso em: 23 mar. 2025.

BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. **Cofiex amplia transparência e analisa recorde de projetos na última reunião do ano**, 13 de novembro de 2023a. Disponível em: <https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/noticias/2023/novembro/cofiex-amplia-transparencia-e-analisa-recorde-de-projetos-na-ultima-reuniao-do-ano>. Acesso em: 23 mar. 2025.

BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. **Comissão de Financiamentos Externos – Cofiex**, 2024d. Disponível em: <https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/assuntos-internacionais-e-desenvolvimento/cofiex>. Acesso em: 28 mar. 2025.

BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. Comissão de Financiamentos Externos. **Resolução Normativa nº 1, de 22 de novembro de 2024e**. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-normativa-n-1-de-22-de-novembro-de-2024-598251047>. Acesso em 28 mar. 2025.

BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. **Governança de Bancos e Instituições Internacionais**. 5 de setembro de 2023b. <https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/assuntos-internacionais-e-desenvolvimento/bancos-multilaterais-de-desenvolvimento>. Acesso em 30 mar. 2025.

BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. “**Volto para o Amapá com a certeza de que podemos melhorar muito mais a vida das mulheres**”, disse a secretária do Amapá, Renata Santana, 14 de maio de 2024f. Disponível em: <https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/noticias/2024/maio/201cvolto-para-o-amapa-com-a-certeza-de-que-podemos-melhorar-muito-mais-a-vida-das-mulheres201d-disse-a-secretaria-do-amapa-renata-santana>. Acesso em: 28 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais. Secretaria de Assuntos Econômicos Internacionais. Subsecretaria de Financiamento ao Desenvolvimento e Mercados Internacionais. Coordenação-Geral de Financiamentos Externos. **Resolução nº 17, de 7 de junho de 2021.** Disponível em: https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-n-17-de-7-de-junho-de-2021-*329839986. Acesso em: 28 mar. 2025.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria - Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 9.075, de 6 de junho de 2017.** Dispõe sobre a composição e as competências da Comissão de Financiamentos Externos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9075.htm. Acesso em: 30 mar. 2025.

CAF – Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe. **CAF e SEAIID promovem treinamento de autoridades públicas femininas**, 14 de maio de 2024. Disponível em: <https://www.caf.com/pt/pre-sente/noticias/2024/05/caf-e-seaid-promovem-treinamento-de-autoridades-publicas-femininas/>. Acesso em: 30 mar. 2025.

ELAS NO PODER. **Pesquisa Perfil da Mulher na Política**, fevereiro de 2020. Disponível em: https://elas-nopoder.org/wp/wp-content/uploads/2020/07/ENP_MFO_RELAT%C3%93RIO_PESQUISA_V4.pdf. Acesso em: 28 mar. 2025.

ENAP – ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. **Curso capacita governadoras, prefeitas, secretárias e procuradoras do Brasil para obtenção de financiamento externo**. 8 de maio de 2024a. Disponível em: <https://www.enap.gov.br/pt/acontece/noticias/curso-capacita-governadoras-prefeitas-secretarias-e-procuradoras-do-brasil-para-obtencao-de-financiamento-externo>. Acesso em: 30 mar. 2025.

ENAP – ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. **Prefeitas e vice-prefeitas concluem curso na Enap com foco em comunicação e gestão pública**. 18 de março de 2024b. Disponível em: <https://www.enap.gov.br/pt/acontece/noticias/prefeitas-e-vice-prefeitas-concluem-curso-na-enap-com-foco-em-comunicacao-e-gestao-publica>. Acesso em: 30 mar. 2025.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, p. 47-71, janeiro-abril/2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000100004>.

HOOGENDOORN, S.; OOSTERBEEK, H.; VAN PRAAG, M. The Impact of Gender Diversity on the Performance of Business Teams: Evidence from a Field Experiment. **Management Science**, 59(7), 1514-1528, 2013. <https://doi.org/10.1287/mnsc.1120.1674>

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil**. Brasília: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2024.

KANTER R. M. Some effects of proportions on group life. In RIEKER P.P., Carmen E. (Eds.), **The gender gap in psychotherapy** (pp. 53–78). 1977. Springer.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil: Igualdade de gênero**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/5>. Acesso em: 29 mar. 2025.

REPÚBLICA.ORG. **Burocracia representativa e as desigualdades salariais de mulheres no Brasil e no mundo: o teto de vidro no funcionalismo público**. Brasília: Repúblaca.org, 2023. Disponível em:<https://www.republica.org.br/burocracia-representativa-e-as-desigualdades-salariais-de-mulheres-no-brasil-e-no-mundo-o-teto-de-vidro-no-funcionalismo-publico/>

republica.org/emedados/conteudo/burocracia-representativa-e-as-desigualdades-salariais-de-mulheres-no-brasil-e-no-mundo-o-teto-de-vidro-no-funcionalismo-publico/#nota-1. Acesso em: 28 mar. 2025.

SHANG, B. **Tackling Gender Inequality: Definitions, Trends, and Policy Designs.** IMF, 2022. Recuperado 29 de junho de 2024, de <https://www.imf.org/en/Publications/WP/Issues/2022/12/02/Tackling-Gender-Inequality-Definitions-Trends-and-Policy-Designs-525751>

SIMMEL, Georg. **The Sociology of Georg Simmel.** Translated by Kurt H. Wolff. Glencoe, Ill.: Free Press, 1950.

UNITED NATIONS. **Beijing Declaration and Platform for Action.** Adopted at the 16th plenary meeting, on 15 September 1995. Beijing, 1995.

WORLD BANK GROUP. Addressing Sexual Exploitation and Abuse and Sexual Harassment (SEA/SH) in Investment Project Financing involving Major Civil Works. **Good Practice Note.** Second Edition.2020. <https://thedocs.worldbank.org/en/doc/741681582580194727-0290022020/original/ESFGoodPracticeNoteonGBVInMajorCivilWorksv2.pdf>.

Renata Vargas Amaral

 <https://orcid.org/0009-0002-9407-6729>

Doutora em Direito, área de Comércio Internacional, pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e pela Universidade de Maastricht, Holanda. Mestre em Comércio Internacional pela Universidade Complutense de Madri, Espanha, e Bacharel em Direito pela UFSC. Professora Adjunta da Universidade Americana de Washington (AUWCL). Diretora de Operações da Vice-Presidência de Países e Integração Regional do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

renatav@iadb.org

Nanahira de Rabelo e Sant'Anna

 <https://orcid.org/0000-0002-4072-7250>

Doutor e Mestre em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional e Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB). Bacharel em Ciência da Computação pela Universidade Estácio de Sá e Especialista em Inteligência Estratégica pela Universidade Gama Filho, com MBE em Engenharia da Computação pelo Centro Universitário Internacional (Uninter). Servidor do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO).

nanahira.rabelo@planejamento.gov.br

Raphael Silveira Amaro

 <https://orcid.org/0000-0002-0579-7704>

Doutor em Ciências Econômicas e Empresariais pela Universidade de Aveiro, Portugal, e em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestre em Administração com ênfase em Economia, Controle e Finanças, e Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), com MBA em Gestão Financeira, Controladoria e Auditoria pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Servidor do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO).

raphael.amaro@planejamento.gov.br

Vanessa Carvalho dos Santos <https://orcid.org/0009-0008-8086-6926>

Doutora em Economia, áreas de Avaliação de Políticas Públicas e Comércio Internacional, e Mestre e Bacharel em Economia pela Universidade de Brasília (UnB). Conselheira Sênior na Diretoria Executiva pelo Brasil e Suriname no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

vanessacar@iadb.org

Viviane Vecchi Mendes Muller <https://orcid.org/0009-0000-8301-4659>

Mestre em Teoria Econômica pela Universidade de São Paulo (USP) e Bacharel em Economia pela Universidade de Brasília (UnB). Experiência como Professora Substituta do Departamento de Economia da UnB. Servidora do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO).

viviane.mendes@planejamento.gov.br

APÊNDICE A

Programas ou projetos aprovados pela Cofex por reunião

Reunião Cofex	Nome do Programa ou Projeto	Proponente	Agente Financeiro
165	Programa de Fortalecimento do SUS no Estado da Bahia - PROSUS II	Estado da Bahia	BID
165	Projeto Piauí Verde e Sustentável	Estado do Piauí	AFD
165	Programa de Inclusão Social e Territorial de Salvador BA	Município de Salvador - BA	CAF
165	PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	Estado do Espírito Santo	BID
165	Novo Programa de Aceleração do Desenvolvimento da Educação do Amazonas - PADEAM II	Estado do Amazonas	BID
165	PROGRAMA DE SANEAMENTO INTEGRADO E URBANIZAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS - PRÓ-SANEAMENTO SÃO LUÍS	Município de São Luís - MA	AFD
165	A Educação Paulistana Pode +	Município de São Paulo - SP	BID
165	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DOS TERRITÓRIOS SERGIPANOS MAIS SERGIPE	Estado de Sergipe	NDB
165	PROJETO DE TRANSFORMAÇÃO DIGITAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO	Estado de Pernambuco	BID
165	PROGRAMA INTEGRADO DE SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS E SEUS IMPACTOS NA SAÚDE DA POPULAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA	Estado da Bahia	AFD
165	PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA MATA ATLÂNTICA DA BAHIA	Estado da Bahia	BID; FIDA
165	PROJETO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - PERNAMBUCO AGROECOLÓGICO	Estado de Pernambuco	BIRD
165	PROJETO DE MELHORIA DA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA, HÍDRICA E SANITÁRIA DE PERNAMBUCO - PROMIRHIS-PE	Estado de Pernambuco	NDB
165	Projeto de Ajuste e Desenvolvimento Sustentável do Rio de Janeiro - Etapa II	Município do Rio de Janeiro - RJ	BIRD
165	Programa de Ampliação do Acesso ao Crédito para Investimentos em Redes de Telecomunicações	Ministério das Comunicações	BID
166	Projeto de Segurança Alimentar e Nutricional no Semiárido Nordestino	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	FIDA
166	Programa de Mobilidade Urbana e Drenagem do Município de Itapevi - PMUD/Itapevi	Município de Itapevi - SP	FONPLATA
166	Programa de Mobilidade e Desenvolvimento Urbano, Integrado e Sustentável - João Pessoa/PB	Município de João Pessoa - PB	AFD
166	Programa de Mobilidade Urbana, Drenagem, Urbanização e Desenvolvimento de Paragominas PA	Município de Paragominas - PA	CAF
166	Programa de Redução da Emissão de Gases Poluentes por meio da Eletrificação da Frota de ônibus	Município de São Paulo - SP	BID; BIRD

Reunião Cofex	Nome do Programa ou Projeto	Proponente	Agente Financeiro
166	Apoio ao novo Programa Bolsa Família	República Federativa do Brasil	BIRD
166	Programa de Combate à Fome, Conservação Ambiental e Aceleração de Aprendizagens do Estado do Pará	Estado do Pará	BIRD
166	Programa de sustentabilidade fiscal, econômica e ambiental do Estado de Alagoas.	Estado de Alagoas	BIRD
166	Programa de Manutenção Proativa do Estado do Espírito Santo - PROATIVA-ES	Estado do Espírito Santo	BIRD
166	Projeto de Desenvolvimento de Capacidades para Superação da Fome e Mitigação dos efeitos da Pobreza e extrema Pobreza Rural - Projeto Paulo Freire II	Estado do Ceará	AECID; FIDA
166	PROJETO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DA PARAÍBA - PROCASE II	Estado da Paraíba	BID; FIDA
168	PROGRAMA URBANO AMBIENTAL MACAMBIRA ANICUNS GOIÂNIA GO 2ª ETAPA PUAMA II	Município de Goiânia - GO	BID
168	Programa de Mobilidade e Drenagem - PROMOD do Município de Osasco	Município de Osasco - SP	FONPLATA
168	ProMorar São Luís/MA Vem Pro Centro	Município de São Luís - MA	BID; BID
168	PROGRAMA DE DRENAGEM E INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA (MG)	Município de Juiz de Fora - MG	CAF
168	Programa de Requalificação Urbana e Ambiental de Ananindeua - PROANANIN	Município de Ananindeua - PA	FONPLATA
168	Programa de Infraestrutura e Readequação Urbana do Distrito Federal - INFRA-DF	Governo do Distrito Federal	FONPLATA
168	Programa Sergipe Mais Próspero e Sustentável	Estado de Sergipe	BIRD
168	Programa de Mobilidade e Desenvolvimento Urbano Integrado de Belo Horizonte - Mobilidade sustentável e Requalificação do Centro de Belo Horizonte.	Município de Belo Horizonte - MG	AFD
168	Programa de Transição Energética do Pecém	Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém - CIPP S/A	BIRD
168	Programa de Implantação da Avenida Beira Mar de São José/SC - Av. Beira Mar São José	Município de São José - SC	FONPLATA
168	Programa de Reestruturação e Qualificação da Rede Hospitalar e de Atenção Especializada da Cidade de São Paulo - Avança Saúde II	Município de São Paulo - SP	BID
168	Bahia Mais Digital-Transformação Digital do Governo do Estado da Bahia	Estado da Bahia	BID
168	Programa AIIB - BNDES para Infraestrutura Verde e Sustentável	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	AIIB

Reunião Cofex	Nome do Programa ou Projeto	Proponente	Agente Financeiro
168	Programa de Desenvolvimento Sustentável e de Inclusão Social do Município de Cachoeiro de Itapemirim	Município de Cachoeiro de Itapemirim - ES	CAF
168	PROGRAMA DE INOVAÇÃO SOCIAL PARA TRANSFORMAÇÃO TERRITORIAL DE PORTO ALEGRE	Município de Porto Alegre - RS	CAF
168	PRODIGITAL PROGRAMA FEDERATIVO PARA GOVERNO E INFRAESTRUTURA DIGITAL	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	BID
168	Programa Municípios Sustentáveis do Estado do Pará II - PROSEP II	Estado do Pará	NDB
168	Projeto de Desenvolvimento de Saneamento do Pará - Etapa Lagos - PRODESAN PARÁ-LAGOS	Estado do Pará	FONPLATA; NDB
168	PRO-AMAZÔNIA - Programa BID-BNDES de Acesso ao Crédito para MPMEs e Pequenos Empreendedores	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	BID
170	Programa de integração, desenvolvimento social e sustentável de Maceió - MCZ3i	Município de Maceió - AL	NDB
170	Projeto do Estado de São Paulo - Expansão da Linha 2-Verde, Aquisição de Sistemas de Sinalização, Alimentação Elétrica, Auxiliares e Telecomunicações	Estado de São Paulo	BIRD
170	Programa de Drenagem Urbana Sustentável e Mobilidade Eficiente de Feira de Santana	Município de Feira de Santana - BA	FONPLATA
170	Programa Acre Mais Produtivo - PROAMP	Estado do Acre	BID
170	Programa Minas para Resultados: Descarbonização e Resiliência Climática da carteira de crédito do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A - BDMG	BID
170	Programa de Financiamento à Infraestrutura do Nordeste (InfraNordeste)	Banco do Nordeste do Brasil - BNB	NDB
170	Programa de Fortalecimento da Assistência Social e Qualificação do Atendimento a Indivíduos e Famílias em Vulnerabilidade e Risco Social no Município de São Paulo	Município de São Paulo - SP	BIRD
170	Programa de Mobilidade e Desenvolvimento Socioambiental de Arapiraca (ARAPIRACA PARA TODOS)	Município de Arapiraca - AL	FONPLATA
170	SCA - Salvador Capital Afro	Município de Salvador - BA	BID
170	Brasília - Capital da Iluminação Solar	Companhia Energética de Brasília - CEB	NDB
170	Programa de Recuperação e Manutenção Segura e Resiliente de Rodovias Estaduais (Estrada Boa)	Estado de Santa Catarina	BIRD
170	Programa de Ações Estruturantes de São Gonçalo do Amarante-RN - PAES II	Município de São Gonçalo do Amarante-RN	FONPLATA

Reunião Cofex	Nome do Programa ou Projeto	Proponente	Agente Financeiro
170	Programa de Financiamento à Infraestrutura Sustentável no Estado do Espírito Santo	Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo SA - BANDES	NDB
170	Complemento ao Programa de Transição Energética do Pecém - PECÉM VERDE	Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém - CIPP S/A	BIRD
170	Projeto de captação multilateral do MIDR junto ao New Development Bank (NDB) para aporte nos Fundos de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), do Centro-Oeste (FDCO) e do Nordeste (FDNE)	MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR	NDB
170	PROGRAMA DE ESTRUTURAÇÃO DA MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - NOVO TRANSPORTE PÚBLICO SUSTENTÁVEL	Município de São José dos Campos - SP	NDB
170	Vida Melhor Urbano: Inclusão Sócio produtiva para a Superação da Fome e da Pobreza em Contexto Urbano no Estado da Bahia	Estado da Bahia	BIRD
170	Programa de Integração de Energias Renováveis do Nordeste	Banco do Nordeste do Brasil - BNB	A Definir; BID
170	Programa de Linha de Crédito do Banco Mundial - CAIXA de Financiamento a Investimentos Sustentável e para transição para economia de baixo carbono	Caixa Econômica Federal - CEF	BIRD
170	Reformas Institucionais para a Competitividade e a Melhoria do Ambiente de Negócios	República Federativa do Brasil	BID
170	Sergipe Digital, Conectado e Sustentável	Estado de Sergipe	BIRD
170	Programa AIIB - BNDES para Infraestrutura Verde e Sustentável	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	AIIB
172	Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Amazonas - PROFISCO III - AM	Estado do Amazonas	BID
172	Programa de Urbanização e Mobilidade de Fortaleza	Município de Fortaleza - CE	CAF
172	PROGRAMA DE BIOECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA LEGAL DO BANCO DO BRASIL	Banco do Brasil S/A	BID; GCF
172	Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Ceará - PROFISCO III - CE	Estado do Ceará	BID
172	Programa de Sustentabilidade Fiscal, Econômica e Ambiental do Estado de Pernambuco	Estado de Pernambuco	BIRD
172	Programa de Fomento a Energia Sustentável na Amazônia	Banco da Amazônia S/A - BASA	BIRD
172	Programa de Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar de Santa Catarina: Resiliência Ambiental, Inovação e Inclusão Social no Espaço Rural	Estado de Santa Catarina	BIRD

Reunião Cofex	Nome do Programa ou Projeto	Proponente	Agente Financeiro
172	Programa de Infraestrutura Sustentável do Estado da Bahia	Estado da Bahia	BIRD
172	Programa de manutenção proativa, adequação a resiliência climática e segurança viária de rodovias do Estado de Mato Grosso do Sul	Estado de Mato Grosso do Sul	BIRD
172	Projeto do Estado de São Paulo - Aporte de Recursos em Parceria Público Privada para Extensão da Linha 4 - Amarela do Metrô - Fase III	Estado de São Paulo	BIRD
172	Programa de Apoio à Infraestrutura Urbana, Rural e Social para Atingimento dos ODS II	Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE	NDB
172	Programa de Modernização e Transformação Ecológica dos Correios	Empresa de Correios e Telégrafos - ECT	NDB
174	PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO DE CONTAGEM - PROURBE	Município de Contagem - MG	BID
174	PROGRAMA DE DRENAGEM URBANA RESILIENTE ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS DE PORTO ALEGRE	Município de Porto Alegre - RS	KfW
174	Programa de Recuperação Ambiental de Belo Horizonte 2ª Etapa	Município de Belo Horizonte - MG	BID
174	Projeto de financiamento para transição sustentável: aceleração do processo de eletrificação da frota de ônibus de Salvador	Município de Salvador - BA	BIRD
174	Projeto Salvador Social do Município de Salvador -3ª Fase -Desembolsos Vinculados a Indicadores	Município de Salvador - BA	BIRD
174	Programa de Desenvolvimento Urbano Sustentável de Porto de Galinhas Ipojuca/PE	Município de Ipojuca/ PE	CAF
174	PROGRAMA BAHIA MAIS SEGURA	Estado da Bahia	BID
174	Programa BEI - BNDES de Expansão do Acesso a Saneamento Ambiental e Recursos Hídricos	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	BEI
174	Programa de Financiamento à Descarbonização da Indústria	Banco do Nordeste do Brasil - BNB	BIRD
174	Programa de Transformação Digital e Cidade Inteligente de Caxias do Sul - PRODIGITAL Caxias do Sul	Município de Caxias do Sul - RS	CAF
174	Pará Mais Conectado - Conectividade Significativa e Sustentável para a Transformação Digital do Pará.	Estado do Pará	AFD; BID
174	Projeto do Estado de São Paulo - Aporte de Recursos em Parceria Público Privada para Extensão da Linha 4 - Amarela do Metrô - Fase III - Sistemas Operacionais	Estado de São Paulo	BIRD
174	Projeto Resiliência Climática no Nordeste Sertão Vivo+	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	FIDA

Reunião Cofex	Nome do Programa ou Projeto	Proponente	Agente Financeiro
174	Reformas para a implementação do Programa de Mobilização de Capital Privado Externo e Proteção Cambial e apoio a melhorias estruturais no ambiente institucional e de negócios do Brasil	República Federativa do Brasil	BID
174	Projeto do Estado de São Paulo Garantias de Pagamento Parceria Público Privada para a Modernização e Expansão dos Serviços das Linhas 11-Coral, 12-Safira e 13-Jade do sistema ferroviário metropolitano de São Paulo.	Estado de São Paulo	BIRD
174	Programa BNDES-BIRD de Apoio à Descarbonização das Cadeias Energéticas e Industriais	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	BIRD
174	Programa de sustentabilidade fiscal, econômica, social e ambiental do Estado do Amazonas	Estado do Amazonas	BIRD
174	PROGRAMA DE RECONSTRUÇÃO E ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS EM PORTO ALEGRE	Município de Porto Alegre - RS	NDB

Fonte: elaboração própria com dados do Sistema de Gerenciamento Integrado (SIGS).